



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

FORMAÇÃO POLICIAL: PRIMEIRAS ALUNAS DA ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

Maria Aparecida Casagrande

Mestre em Educação
Secretaria de Segurança Pública – Polícia Civil
maparecida@pc.sc.gov.br



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

RESUMO

O artigo aborda a formação das primeiras alunas que frequentaram os Cursos de Formação da Academia de Polícia Civil de Santa Catarina - Acadepol/SC entre os anos de 1967-1977. A pesquisa qualitativa, tendo como campo privilegiado as mulheres policiais e sua formação nos cursos de ingresso na profissão, baseada em documentos e entrevistas com oito alunas que ingressaram na Polícia Civil entre os anos de 1967 a 1977. Os dados analisados demonstraram situações significativas nas relações de gênero que perpassam pelo Curso de Formação e pelo ingresso na profissão policial. Conclui-se que mesmo reconhecendo as práticas discriminatórias nas relações de gênero na Polícia Civil, essas mulheres policiais não fizeram o enfrentamento diante das desigualdades, mas encontraram formas de sobreviver, criando subterfúgios para lidar com a cultura masculina. Por outro lado, a presença feminina na instituição policial contribuiu para ressignificar as relações de gênero: quer nos Cursos de Formação, quer nas trajetórias profissionais.

Palavras-chave: formação policial. ACADEPOL/SC. mulheres policiais.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

POLICE TRAINING: FIRST STUDENTS OF THE SANTA CATARINA CIVIL POLICE ACADEMY

ABSTRACT

The article discusses the formation of the first women who attended the Training Courses of the Civil Police Academy of Santa Catarina - Acadepol / SC between the years 1967-1977. Qualitative research, with a privileged field of police women and their training in the courses of entry into the profession, based on documents and interviews with eight students who entered the Civil Police between 1967 and 1977. The data analyzed showed significant situations in relations the training course and the entry into the police profession. It is concluded that even recognizing discriminatory practices in gender relations in the Civil Police, these police women did not confront inequalities, but found ways to survive, creating subterfuges to deal with the masculine culture. On the other hand, the female presence in the police institution contributed to a re-signification of the gender relations: both in the Training Courses and in the professional trajectories.

Keywords: *police training. ACADEPOL/SC. police women.*



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Civil de Santa Catarina, como em outros ambientes, representa um espaço de atuação profissional historicamente masculino. Dados do ano de 2016, informados pela Gerência de Gestão de pessoas – GEPES - da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, apontaram que, naquele ano, na Polícia Civil, as mulheres ocupam 33,002% do quadro efetivo geral. Dos 3.421 (três mil, quatrocentos e vinte e um) policiais, 1.129 (um mil, cento e vinte e nove) são mulheres. Segundo dados da mesma gerência, esse efetivo está distribuído em diferentes funções: 338 delegados e 73 delegadas; 281 escrivães e 284 escrivãs; na função de agentes, 1.654 homens e 712 mulheres; 19 psicólogos e 60 psicólogas.

Esses dados evidenciam que, além de o segmento feminino ser minoritário na Polícia Civil, poucas mulheres ocupam cargos de Delegada de Polícia, que se apresenta, atualmente, como o mais elevado da instituição. Os homens também são maioria no cargo de Agente de Polícia, atividade mais investigativa e operacional, muitas vezes, externa à unidade policial. O número de mulheres só é superior ao de homens nos cargos de Escrivão/ã de Polícia e Psicólogo/a Policial. Essa situação pode estar relacionada com as atribuições historicamente estereotipadas como próprias para o feminino, relacionadas ao cuidado e à organização que, no caso em questão, tratase do serviço burocrático das Delegacias de Polícia e do atendimento psicológico às vítimas.

Estudos que abordam a representação da Delegacia da Mulher para a Polícia Civil identificaram, no discurso de policiais civis, a presença da reprodução de padrões sexistas. Entre policiais do gênero masculino e do feminino, reproduzia-se a noção de senso comum de que a mulher pertence ao mundo do privado, desenvolvendo trabalhos internos, mais burocráticos, com maior senso de organização, oriunda, “supostamente”, dos lares domésticos. Enquanto que os policiais homens ao mundo público, compreendido por atividades de ação física de trabalhos externos, dar voz de prisão, enfrentar situações que envolvam perigo físico, impor respeito através da força física (NUNES-SCARDUELI, 2006). Os papéis dos policiais do sexo masculino foram “[...] identificados como portadores de força física, provedores de segurança, e garantidores de respeito aos procedimentos policiais” (NUNES-SCARDUELI, 2006, p. 112).



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

Barreiras do gênero nessa instituição são evidentes e também se estendem para o processo de formação policial, em que a presença das mulheres também é reduzida. No ano de 1964, a Escola de Polícia de Santa Catarina foi criada por meio da Lei Estadual n. 3.247, de 9 de maio. Suas atividades educacionais, no entanto, somente iniciam de fato em 1967. Posteriormente, no ano de 1974, ela passou a denominar-se Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (Acadepol/SC).

Desde então, é a Acadepol/SC o órgão responsável pelo curso de formação das carreiras de Delegado de Polícia, Psicólogo Policial, Escrivão e Agente de Polícia, bem como pela capacitação e aperfeiçoamento de todos/as policiais civis do Estado de Santa Catarina até os dias de hoje.

Levando em consideração a perspectiva de gênero, o presente artigo tem como objetivo problematizar o processo das mulheres nos cursos de formação da Acadepol/SC na primeira década de seu funcionamento, quando ainda conhecida como Escola de Polícia. No âmbito educacional, a Acadepol/SC representa, enquanto espaço de ensino e aprendizagem, uma parte do conjunto das instituições responsáveis pela produção, sistematização e transmissão de saberes e práticas, com uma cultura própria, carregada de historicidade.

No entendimento de Giroux e McLaren (1995, p. 144), a pedagogia está presente onde o conhecimento seja produzido, “[...] em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum”. Isso implica em considerar que, na formação policial, a construção dos conhecimentos produzidos pelos/as e para os/as policiais deve ser entendida, pedagogicamente, não como um mero domínio de habilidades e competências, mas como formas significativas de organização e produção do conhecimento, permeadas por questões históricas, políticas e culturais.

Com base nesse contexto, o gênero é considerado “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 14). Esse conceito enfatiza a



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

construção social das diferenças sexuais. Sem desprezar as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, considera que, com base nelas, outras são construídas.

Esta pesquisa se baseou em entrevistas e documentos oficiais encontrados na Acadepol/SC, nos quais foram coletadas informações relevantes para reconstrução da história da Escola de Polícia e das mulheres que frequentaram os cursos de formação. Com relação às entrevistas, foram selecionadas oito mulheres policiais, com base em três critérios: ter frequentado os Cursos de Formação da Acadepol/SC entre os anos de 1967 a 1977; estar na ativa, exercendo suas funções policiais; e ter frequentado Cursos de Formação em anos diversos. Dessa forma, foram entrevistadas: Joana (nome fictício a pedido da entrevistada que não autorizou a divulgação de seu nome); Sonia Maria Vieira; Neli Lucia de Medeiros; Lúcia Maria Périgo (atualmente assina pelo nome Lúcia Maria Stefanovich); Odete Besen Formighieri; Maria Raquel da Silva; Darci Maria Waltrich; e Maria de Fátima de Souza Ignácio. As entrevistas ocorreram nos meses de fevereiro e março de 2012. É importante mencionar que a mesma pesquisa foi publicada em forma de artigo pela Revista Roteiro Joaçaba, v. 39, n. 1, p. 123-146, jan./jun. 2014, com o título “História, memória e gênero: Um estudo sobre as primeiras alunas da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina”.

2 MULHERES POLICIAIS

2.1 A PRESENÇA FEMININA NA ACADEPOL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

A presença feminina na Polícia Civil é relativamente recente e responde, conforme mencionado, a uma pressão social em âmbito internacional iniciada na década de 1960 e, no Brasil, com o movimento feminista dos anos de 1970. A partir desses movimentos, houve a democratização dos campos de trabalho em diversas áreas. O ingresso das mulheres na Polícia Civil e, conseqüentemente, na Acadepol/SC, não está dissociado do movimento de entrada das mulheres no mercado de trabalho. O depoimento de Joana (nome fictício), ilustra esse movimento:

Eu acredito que naquela época (1970) a mulher começou a se projetar na vida profissional, porque até então ela era muito presa às atividades domésticas e filhos. E de repente houve



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

uma revolução em que a mulher começou a se projetar profissionalmente. [...] O fato de ser policial naquela época era diferente, nós fomos as primeiras a passar em concurso. O concurso não foi fácil, se não me engano tinha em torno de oitocentos candidatas (JOANA, 2012).

Para Joana, sair do mundo doméstico e ingressar numa profissão secularmente masculina, realmente pode ter sido visto como algo diferente. Em seu entendimento, foi uma “revolução”. Ela realizou o concurso público de 1969 e ingressou na Polícia Civil no cargo de Escrivã, em 1970. Trabalhou, por muitos anos, no Departamento de Trânsito (Detran) e, atualmente, trabalha em uma Delegacia de Polícia na grande Florianópolis/SC.

Em 1970, concluíram o primeiro curso de Escrivães dezoito alunos/as, sendo cinco homens e treze mulheres, dentre elas Joana. Observa-se que mesmo não tendo sido dito, explicitamente, nos relatórios da Escola de Polícia de que havia necessidade de mulheres para setores administrativos, ou seja, para os serviços mais burocráticos, na relação de alunos/as desse curso percebe-se que a maioria é do sexo feminino. O ingresso ao mercado de trabalho pelas mulheres, decorrentes da transposição das barreiras do mundo doméstico, podendo ser chamado de espaço privado, para uma vida pública, em atividades fora do lar, traz consigo problemas. Um deles se expressa, geralmente, na ocupação de postos mais baixos na hierarquia funcional em relação aos ocupados pelos homens.

A inserção das mulheres em instituições policiais não está desvinculada do crescimento de seu ingresso no espaço público e no mundo do trabalho contemporâneo. “Os estudos de gênero revelam que a entrada das mulheres no mundo do trabalho globalizado tem crescido, expressando uma tendência de inserção em alguns ramos antes considerados como ‘guetos masculinos’, como é o caso das instituições policiais” (BRASIL, 2008, p. 11).

No ano de 1971, ingressaram, nas carreiras de Agente Fiscal e Escrivã, Sonia Maria Vieira e Neli Lucia de Medeiros, respectivamente. As duas foram incorporadas no cargo de Agente de Polícia, anos mais tarde.

Sonia Maria Vieira trabalha, atualmente, no atendimento ao público na Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis e sempre atuou no serviço interno dentro da Polícia Civil, pois o cargo de Agente Fiscal foi extinto dois anos após o seu ingresso. Ela narra que a família era contrária a sua



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

entrada no mercado de trabalho. Segundo ela: “Meu pai não queria. Ele queria que eu fizesse faculdade e também porque era a única filha mulher, acho que ele queria que eu ficasse em casa” (VIEIRA, 2012).

Neli trabalha na Delegacia de Palhoça/SC. Ela relatou que começou a trabalhar no ano de 1971, como Escrivária no prédio da administração da Polícia Civil. Logo observou que gostava do serviço externo, que a polícia desempenhava “na rua”, como as investigações, prisões, cumprimento de mandados, entre outros. Diante disso, prestou outro concurso para o cargo de Comissária de Polícia e, desde então, atua em ações mais operacionais na Instituição (MEDEIROS, 2012).

Em 1971, por meio do Edital n. 007/EPC/71, de 07 de dezembro, 378 candidatos se inscreveram para os cargos de Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia, Comissário de Polícia, Técnico Datiloscopista, Agente de Polícia e Motorista Policial. O curso de formação referente a esse concurso foi realizado no ano de 1972 (SANTA CATARINA, 1972).

Foi em função desse concurso que a primeira Delegada de Polícia do Estado de Santa Catarina – Lúcia Maria Stefanovich – ingressa no curso de formação. A Delegada Lúcia, que atua até os dias de hoje na Capital do Estado catarinense, ocupou vários cargos durante sua carreira na Polícia Civil.

Segundo a Delegada Lúcia, “[...] a opção pela carreira veio pela convivência durante meu curso de direito com policiais, alguns eram comissários, outros já pretendiam fazer concurso para Delegado” (STEFANOVICH, 2012). Narra, ainda, que seus familiares ficaram preocupados com o seu ingresso. Segundo ela, era comum que o pai dissesse: “[...] que profissão é essa que essa menina escolheu!”. Lúcia ainda diz que, até então, “[...] não existia mulher nenhuma ocupando esse cargo, mesmo assim, minha família sempre me apoiou, mas sempre muito preocupada” (STEFANOVICH, 2012).

Observa-se, no depoimento e na própria trajetória profissional, que a Delegada Lúcia se posicionou nos espaços masculinos da época, além de ingressar, no ano de 1971, no cargo de Delegada de Polícia.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

Odete Besen Formighieri ingressou no curso de formação em 1973, quando assumiu a função de Comissária de Polícia, cargo, atualmente, denominado Agente de Polícia. Sempre atuou nos serviços operacionais, desempenhando função nos plantões de atendimento de diversas delegacias na cidade de Florianópolis e, atualmente, trabalha com os arquivos da 1ª Delegacia da capital.

Por meio da análise do Relatório da Acadepol/SC do ano de 1973 e pela própria entrevista com a policial, constata-se que, dentre os dezessete alunos que frequentaram o curso de Comissário de Polícia naquele ano, Odete era a única mulher.

No ano de 1974, Maria Raquel da Silva ingressou no cargo de Escrivã de Polícia. Segundo ela, foi no ano de 1973 que uma pessoa chegou e lhe disse: “[...] vai ter um concurso para polícia civil”. Raquel ficou interessada, mas pela carreira de escrivão. Nas suas palavras: “Eram poucas vagas [...], vou estudar e fazer para escrivão, porque para serviço de rua não quero” (SILVA, 2012).

Raquel relata, ainda, que já tinha um irmão policial, que ingressara na carreira em 1970. Quando contou para seu irmão que havia feito inscrição para o concurso na Polícia Civil, ela recorda que “[...] ele ficou muito bravo, deu uma revolução lá em casa. Ele dizia: Tu não vai saber lidar, pois é muito homem para pouca mulher”. Já a mãe lhe apoiava e dizia: “Deixa ela, ela sabe o que faz” (SILVA, 2012).

Percebe-se, no caso de Maria Raquel, que não houve tantas dificuldades no seu ingresso, pois sua mãe aprovou sua escolha e a motivou a seguir com o concurso, mesmo com o irmão policial discordando da escolha profissional da irmã. Com certeza, a opinião da mãe foi fundamental para a tomada de sua decisão.

Nesse cenário, observa-se que mulheres decidiram sair do espaço doméstico e ingressaram no mercado de trabalho em busca de uma carreira profissional. Um dos enfrentamentos encontrados por elas foi com as próprias famílias que, de alguma forma, ao tentar protegê-las, reforçavam a noção de que o sexo feminino é frágil e, por isso, as mulheres deveriam permanecer no âmbito doméstico ou procurar por profissões aceitas como mais apropriadas às mulheres, como o magistério, por exemplo.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

No ano de 1976, Darci Maria Waltrich foi admitida no quadro funcional da Polícia Civil, na função de Escrivã de Polícia. Ela trabalhou sempre no serviço burocrático como Escrivã; primeiramente, na cidade de Joaçaba. Há anos ela trabalha na Delegacia Regional de Polícia de

Criciúma, onde atua nos processos administrativos da Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran). O valor, três vezes maior, de que o salário de professora, foi o que motivou Darci a prestar concurso para Polícia Civil, conforme o explicitado no excerto de sua narrativa:

Eu não tinha amigos e nem familiar nesse meio, isso foi uma opção minha. Simplesmente queria ver a diferença do trabalho. O que me levou foi a curiosidade e também um pouco do vencimento, que na época que eu lecionava, dentro da minha área de escrivã de polícia, ganhava três vezes a mais (WALTRICH, 2012).

Além do salário mais elevado, outra questão que chama a atenção na narrativa de Darci é a curiosidade dela sobre a carreira policial. Ela queria saber a diferença entre ser professora e policial. Pode-se inferir que ela não se moldou às representações impostas às mulheres pelo imaginário social da sua época. Ela decidiu ousar quando deixou o ambiente feminino do magistério para ingressar no ambiente masculino da polícia.

Darci deixa claro, em sua fala, que tinha consciência de que, para as mulheres saírem daquela condição do mundo privado em que viviam, elas deveriam estudar. Assim, ela disse aos familiares, logo cedo: “[...] eu não quero mais saber de trabalhar na roça, eu quero é estudar” (WALTRICH, 2012).

Diversas foram as motivações que levaram as entrevistadas a ingressarem na carreira policial: desde a influência familiar, passando pela perspectiva de um trabalho novo e até a possibilidade de um salário maior. Outro aspecto que merece destaque é que quatro das entrevistadas (Joana, Odete, Raquel e Darci) mencionaram, em suas narrativas, sobre a profissão docente. Algumas tiveram experiências com trabalho em sala de aula e não gostaram, alegando descontentamento com a profissão, por não se adaptarem, por não se sentirem preparadas ou até porque pretendiam melhores salários, como se observa em alguns fragmentos a seguir:



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

A minha formação era para ser professora primária. Justamente naqueles anos que me formei, inventaram a prova de estágio, e eu não passava na prova de estágio, lecionei apenas dois anos como professora substituta e depois passei no concurso da polícia [...] também pelo salário, como professora substituta eu ganhava Cr\$100,00 e quando fui nomeada eu ganhava Cr\$770,00 (FORMIGHIERI, 2012).

Eu não sei o que me deu [...] deu uma loucura e eu disse: “eu vou” [fazer concurso para policial], também acho que não gostei do negócio de dar aulas, não gostei de ser professora. Certo dia minha madrinha pediu para eu ficar um mês dando aulas em seu lugar, mas não gostei muito, porque era muito presa (SILVA, 2012).

Na época eu era professora primária. No final do ano cheguei da escola e vi uma notícia dizendo que tinha concurso para polícia civil, mas eu nem sabia prá quê servia. Passei no concurso e pedi exoneração da educação para a secretaria de segurança, mais por curiosidade, para ver como é que era o trabalho e também, pelo vencimento (WALTRICH, 2012).

Joana era professora formada no Colégio Normal da cidade de Biguaçu/SC. Sobre o seu ingresso narra: “[...] trabalhei na Farmácia Catarinense primeiro, depois fui ser professora, trabalhava com crianças, mas não era o que queria ainda. E quando saiu o concurso para a Polícia Civil eu me empolguei e fiz” (JOANA, 2012).

Nesse período em que as entrevistadas ingressaram na polícia, a docência ainda era considerada uma das profissões mais recomendadas às mulheres em função do processo de feminização do magistério. Porém, algumas das entrevistadas afirmaram que não queriam ser professoras, certamente porque almejavam alternativas de trabalho diferenciadas, num mercado que estava em expansão, pois era possível alçar voos em outras frentes de trabalho.

Observa-se que, entre as mulheres que saíram do Magistério para vir para a polícia, um dos aspectos que as estimulou foi a questão salarial, talvez movidas pela necessidade de independência econômica. Isso implica refletir sobre a desvalorização salarial do Magistério desde aquela época. Ressalta-se, porém, que essa valorização mencionada pelas entrevistadas sobre o salário da Polícia Civil da época não perdurou, visto que, atualmente, é a questão salarial um dos grandes descontentamentos da classe.

Para Louro (2011), no Brasil, é possível identificar algumas transformações sociais que, ao longo da segunda metade do século XIX, vão permitir não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes. A mulher, então, está associada



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

à professora, não somente na sala de aula, mas, sobretudo, na sociedade; elas são compreendidas como mães dos alunos/as, comumente lhes agregando também as marcas religiosas, relacionadas ao caráter de um ser dócil – que ama, que protege – preceitos que estão, intimamente ligados à profissão docente (LOURO, 2011).

Mesmo a docência sendo recomendada para as mulheres, a Delegada Lúcia não desejava atuar na área, apesar de ter feito o Curso Normal. Assim, narra: “[...] vim para Florianópolis, para o internato do Colégio Coração de Jesus. Fiz meu ginásio e, embora não quisesse ser professora, fiz o curso normal” (STEFANIVICH, 2012).

A condição de Lúcia como normalista é fruto de um processo histórico, pois, desde o século XIX, pouco a pouco, os homens vão abandonando as salas de aula e as escolas normais vão formando, mais e mais, mulheres. Essa característica mantém-se por todo o século XX, estimulada, sobretudo, pelas intensas transformações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas por que passa o país e que acabam por determinar uma grande participação feminina no mercado de trabalho em geral. (VIANNA, 2001/2).

A desistência do magistério e o ingresso na profissão policial talvez tenha significado um grande desafio, uma vez que para se adequarem ao rigor do ofício, as mulheres suportaram uma longa e árdua aprendizagem, como forma de garantia de sobrevivência nesse mundo masculino, aliada ao desejo da estabilidade no mundo do trabalho com as transformações necessárias do próprio modelo de polícia.

Tendo ingressado na Polícia em 1977, no cargo, posteriormente extinto, de Sistema de Informações, Maria de Fátima de Souza Ignácio, desde 1996, quando prestou novo concurso público, ocupa o cargo de Delegada de Polícia. Da função inicial, foi remanejada para os cargos de Perito Criminalístico e Inspetora de Polícia, o qual ocupava quando foi aprovada, em 1995, para a carreira de Delegada de Polícia, função que desempenha, atualmente, na cidade de Navegantes.

Maria de Fátima relatou que seu ingresso deu-se por intermédio de parentes próximos. Em suas palavras: “[...] meu irmão já era Delegado e quando saiu o concurso foi ele quem telefonou avisando, pediu para que eu me inscrevesse”. Alega que optou pela carreira policial por entender



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

que o serviço que iria desempenhar era mais administrativo, ou seja, com características mais acessíveis às mulheres. “A carreira que eu optei era mais administrativa, não era tão operacional e se enquadrava ainda com a minha cabeça daquela época” (IGNÁCIO, 2012).

A entrevistada alega que quando ingressou na polícia atuava somente no serviço burocrático, haja vista ser característica de seu cargo. Observa-se que, atualmente no cargo de

Delegada de Polícia, atua tanto em situações operacionais, ou seja, em “serviços de rua”, como em serviços administrativos, dentro da delegacia. Isso demonstra que essa entrevistada foi mudando sua forma de olhar para sua carreira e foi se reconstruindo enquanto mulher e profissional. Sobre a sua inserção nessa profissão, Neli afirma que foi em função de sua condição de mulher corajosa: “É que eu tinha fama de valentona. A gente criada no Rio de Janeiro já é diferente. Para ser policial tem que ter dinamismo, tem que ter coragem” (MEDEIROS, 2012).

Possivelmente, muitas barreiras tiveram que ser rompidas relativas ao gênero no decorrer da trajetória profissional das mulheres entrevistadas. Observa-se que Neli rompeu com o estereótipo feminino, reforçando atributos masculinos e acredita que a mulher tem de se masculinizar para atuar em cenários ocupados pelos homens.

Após analisar dados de pesquisa sobre o perfil das mulheres na Polícia Civil do Ceará, Bezerra e Lopes (2008) ressaltam que a sobrevivência nesse espaço hierarquizado não deve ser tarefa fácil, mesmo porque as mulheres, supostamente, reforçam alguns valores institucionais e da cultura considerados masculinos. Assim, “[...] para se fazerem respeitar [...] elas, muitas vezes, têm que parecer iguais aos homens nos modos de pensar, nos comportamentos e nas formas de fazer polícia, o que não quer dizer, necessariamente, que perderam a sua ‘feminilidade’” (LOPES, 2008, p. 59).

O ingresso das mulheres na Polícia Civil é entendido, então, pela maioria das entrevistadas, como consequência da época, em que o contexto social desafiava as mulheres pela busca de outros espaços, até então masculinos. Isso, certamente, veio acompanhado por barreiras culturais, sociais e históricas. Passar pela Acadepol/SC significou vivenciar situações novas para o mundo feminino. Essas mulheres escolheram a Polícia Civil como carreira e foi nela que



construíram suas identidades profissionais. Formas de agir e pensar são alteradas dentro de uma instituição masculinizada, permitindo supor que as subjetividades e os comportamentos das mulheres foram sendo ressignificados pelo ambiente institucional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Polícia Civil, a presença feminina é recente e responde, principalmente, a uma pressão social que decorre dos movimentos feministas das décadas de 1960, em âmbito internacional, e de 1970, no Brasil. Esses movimentos incentivaram a inserção das mulheres no mercado de trabalho em diversas áreas, entre as quais na Polícia Civil catarinense.

Observa-se que as policiais entrevistadas decidiram sair do espaço doméstico e ingressar no mercado de trabalho em busca de uma carreira profissional. Diversas razões as motivaram, como a influência familiar, a possibilidade de um salário maior, a perspectiva de um trabalho novo. Quatro das entrevistadas mencionaram, em suas narrativas, que tiveram experiências como docentes, trabalhando em sala de aula, mas que deixaram a profissão alegando descontentamento, por não se adaptarem, por não se sentirem preparadas, por não gostarem ou, ainda, porque pretendiam melhores salários.

Para as entrevistadas, passar pela Acadepol/SC significou vivenciar situações novas para o mundo feminino. Essas mulheres escolheram a Polícia Civil como carreira e foi nela que construíram suas identidades profissionais. Formas de agir e pensar são alteradas dentro de uma instituição masculinizada, permitindo supor que as subjetividades e os comportamentos das mulheres foram sendo ressignificados pelo ambiente institucional.

Foi nesse cenário em que as mulheres cobravam com maior intensidade o direito à igualdade na participação política, educacional e também ao acesso às profissões ditas masculinas, como é o caso da Polícia Civil. As entrevistadas buscaram, no trabalho policial, sua independência, evidenciando as questões emancipatórias da mulher daquela época.

A pesquisa qualitativa desenvolvida neste trabalho, que teve como campo privilegiado as mulheres policiais e sua formação nos cursos de ingresso na profissão, demonstra situações significativas nas relações de gênero que perpassam pelo curso de formação e pelo ingresso na



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

profissão policial. Observa-se que mesmo reconhecendo as práticas discriminatórias nas relações de gênero na Polícia Civil, essas mulheres policiais não fizeram o enfrentamento diante das desigualdades, mas encontraram formas de sobreviver, criando subterfúgios para lidar com a cultura masculina. Por outro lado, a presença feminina na instituição policial contribuiu para ressignificar as relações de gênero: quer nos cursos de formação, quer nas trajetórias profissionais.

Assim, o que ocorre na Polícia Civil catarinense não pode estar dissociado do que ocorre na sociedade e, mais especificamente, o que as mulheres vivenciam nessa instituição não pode ser analisado de forma isolada da realidade das outras mulheres. Compreende-se que os papéis desenvolvidos fora do ambiente institucional são também reproduzidos dentro das instituições, pois as duas esferas, interna e externa, estão circunscritas em determinado processo histórico-social.

Com a percepção que a polícia, de modo geral, se constituiu, historicamente, como um espaço hegemonicamente masculino, ingressar nessa instituição representou um avanço em termos de abertura da instituição para um grupo tradicionalmente excluído – as mulheres. Nesse cenário, as entrevistadas contaram suas trajetórias percebendo-se como sujeitos da ação, dando um novo sentido para o vivido, ou seja, ressignificando e construindo-reconstruindo a própria identidade, num movimento em constante transformação.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Tereza. Cristina; LOPES, Emanuel Bruno. 2008. Quem são as mulheres da Polícia Civil?. In: BRASIL, Glaucíria Mota (Org.). **A Face feminina da Polícia Civil: gênero, hierarquia e poder**. Fortaleza: Ed. UECE.

BRASIL, Glaucíria Mota. 2008. Apontamentos iniciais. In: BRASIL, Glaucíria Mota (Org.). **A Face feminina da Polícia Civil: gênero, hierarquia e poder**. Fortaleza: Ed. UECE.

FORMIGHIERI, Odete Besen. **Entrevista II** [fev.2012]. Entrevistador: Maria Aparecida Casagrande. Florianópolis, 2012. 1 arquivo .mp3 (50 min). Entrevista concedida e transcrita para dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UNESC.

GIROUX, Henry; McLAREN, Peter. (1995). Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, Tomaz Tadeu; MOREIRA, A F. (Org.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

IGNÁCIO, Maria de Fátima de Souza. **Entrevista VII** [mar.2012]. Entrevistador: Maria Aparecida Casagrande. Navegantes, 2012. 1 arquivo .mp3 (90 min). Entrevista concedida e transcrita para dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UNESC.

JOANA. **Entrevista IV** [mar.2012]. Entrevistador: Maria Aparecida Casagrande. Florianópolis, 2012. 1 arquivo .mp3 (120 min). Entrevista concedida e transcrita para dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UNESC.

LOURO, Guacira Lopes. 2011. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 12. ed. Petrópolis: Vozes.

MEDEIROS, Neli Lúcia de. **Entrevista I** [fev.2012]. Entrevistador: Maria Aparecida Casagrande. Palhoça, 2012. 1 arquivo .mp3 (88 min). Entrevista concedida e transcrita para dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UNESC.

NUNES-SCARDUELI, Márcia Cristiane. 2006. **A representação da Delegacia da mulher para policiais civis da 19ª Região policial Catarinense**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Setor de Recursos Humanos

SANTA CATARINA. Escola de Polícia. **Relatório do Curso de Formação 1972**. Florianópolis, [1972]. Relatório. Mimeografado.

SILVA, Maria Raquel. **Entrevista VI** [mai.2012]. Entrevistador: Maria Aparecida Casagrande. Florianópolis, 2012. 1 arquivo .mp3 (60 min). Entrevista concedida e transcrita para dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UNESC.

SCOTT, Joan. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.1, n. 1, p. 71-99.

STEFANOVICH, Lúcia Maria. **Entrevista V** [mar.2012]. Entrevistador: Maria Aparecida Casagrande. Florianópolis, 2012. 1 arquivo .mp3 (128 min). Entrevista concedida e transcrita para dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UNESC.

VIEIRA, Sonia Maria. **Entrevista III** [mar.2012]. Entrevistador: Maria Aparecida Casagrande. Florianópolis, 2012. 1 arquivo .mp3 (60 min). Entrevista concedida e transcrita para dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UNESC.



Seminário Universidades Corporativas e Escolas de Governo

WALTRICH, Darci Maria. **Entrevista VIII** [mai.2012]. Entrevistador: Maria Aparecida Casagrande. Criciúma, 2012. 1 arquivo .mp3 (95 min). Entrevista concedida e transcrita para dissertação de Mestrado em Educação do programa de pós-graduação da UNESC.